

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
OS AUTORES	9
PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO	13
NOTA À 10. ^a EDIÇÃO	15
INTRODUÇÃO	25

PARTE I

QUESTÕES CONCEITUAIS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

1. O HOMEM E SUA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE	35
1.1. A percepção do problema ambiental e a busca das soluções.....	35
1.2. O histórico das normas de proteção dos recursos naturais.....	39
1.3. Os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.....	45
2. O PROCESSO DE LICENCIAMENTO NO BRASIL	51
2.1. Considerações preliminares	51
2.2. Abrangência do impacto x dominialidade	54
3. DINÂMICA DAS NORMAS DE COMPATIBILIZAÇÃO DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	67
3.1. Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e Licenciamento Ambiental.....	68
3.2. A Resolução nº 51 do CGSIM	72
3.3. Avaliação Ambiental Estratégica na Lei Geral do Licenciamento Ambiental – a Lei nº 15.190/25	76
3.4. O Licenciamento ambiental em outros países.....	77

4.	A LEI GERAL DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	89
4.1.	Tipos de licenças na Lei Geral do Licenciamento Ambiental	105
4.2.	Tipos de licenças ambientais.....	109
4.3.	Definição da competência.....	114
4.4.	Prazos para o licenciamento e sua validade.....	119
4.5.	Prazos para a anuência dos interessados	131
4.6.	Prorrogação ou renovação das licenças.....	139
5.	LICENÇAS E REGISTROS	141
5.1.	Introdução.....	141
5.2.	Atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais cujo registro é obrigatório	142
5.3.	Atividades e instrumentos de defesa ambiental	148
5.4.	Órgãos ambientais dos Estados.....	150
5.5.	O Sistema de Gestão do Licenciamento Ambiental Federal – SisG-LAF	150
6.	ESTUDOS AMBIENTAIS PARA O LICENCIAMENTO	153
6.1.	Exigência dos Estudos Ambientais	153
6.2.	Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – Rima	155
6.3.	Estudos ambientais simplificados ou específicos.....	167
6.4.	Regularização ambiental.....	171
	Portaria MMA 421/2011 – Linhas de transmissão de energia elétrica	175
	Portaria MMA 422/2011 – Exploração e produção de petróleo e gás	176
	Portaria Interministerial 288/2013 – Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis – PROFAS	177
	Portaria MMA 289/2013 – Regularização ambiental de rodovias federais	177
	Portaria Interministerial 425/2011 – Programa de Regularização de Portos.....	178
6.5.	Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD	180
6.6.	Análise de Risco e Programas de Monitoramento	180
6.7.	Processo de licenciamento ambiental	182
7.	ÓRGÃOS INTERVENIENTES	187
7.1.	Manifestação de outros órgãos no processo de licenciamento.....	187
7.1.1.	Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI	196
7.2.	Órgãos gestores das Unidades de Conservação	209

8.	FLORA.....	221
8.1.	Previsões legais.....	221
8.2.	Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS.....	233
8.3.	Desmatamento para Uso Alternativo do Solo.....	243
8.4.	Supressão de vegetação para outras atividades.....	255
8.5.	Supressão de vegetação em função de risco.....	265
8.6.	Corte de árvores plantadas.....	266
8.7.	Reposição florestal e plano integrado florestal.....	272
8.7.1.	Plano de suprimento sustentável.....	277
8.8.	Supressão de vegetação por meio do uso de fogo	279
8.9.	Autorização para o transporte de produtos florestais	290
8.10.	Documento de Origem Florestal – DOF	293
8.11.	Comercialização de produtos florestais	296
8.12.	Exportação de produtos florestais.....	297
8.13.	Fabricação de carvão	302
8.14.	Transformação de madeira.....	303
8.15.	Uso e comércio de motosserras.....	304
8.16.	O combate aos desmatamentos ilegais na Amazônia.....	305
9.	FAUNA	309
9.1.	Conceitos	309
9.2.	Fauna ameaçada de extinção e listas CITES.....	316
9.3.	Criadouros de fauna	317
9.3.1.	Criadouros para fins comerciais e industriais	317
9.3.2.	Comercialização de animais vivos, abatidos, partes e produtos ...	320
9.3.3.	Criadouros conservacionistas	321
9.3.4.	Jardins zoológicos	322
9.3.5.	Criadores amadoristas de passeriformes da fauna silvestre brasileira	324
9.4.	Marcação e identificação de animais	326
9.5.	Animais de estimação	327
9.6.	Coleta de material zoológico	330
9.7.	Anilhamento de aves	331
9.8.	Circos ou outras formas de utilização de animais	332
10.	RECURSOS HÍDRICOS	335
10.1.	Competência para autorizar	335

10.2. Outorga do direito de uso dos recursos hídricos	340
10.3. Licenciamento de empreendimentos de irrigação.....	343
10.4. Licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental.....	344
10.5. Outorga de recursos hídricos para implantação de barragens	351
10.6. Dragagem e alijamento de materiais em águas jurisdicionais brasileiras	354

PARTE II

QUESTÕES CONTROVERTIDAS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL (ESTUDO DE CASOS)

11. OS ASPECTOS ECONÔMICOS DE INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA E A NECESSIDADE DAS USINAS HIDRELÉTRICAS	361
11.1. Do procedimento de licenciamento ambiental de empreendimentos de energia hidrelétrica.....	364
11.2. Do princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos.....	374
11.3. Prejuízos resultantes da paralisação de empreendimentos energéticos....	375
11.4. O planejamento setorial do plano decenal	377
11.5. Custo econômico da substituição da energia hidráulica por outras fontes.....	379
11.6. Reflexos para o consumidor decorrentes do custo econômico da substituição da energia hidráulica por outras fontes.....	380
11.7. Efeito da suspensão do licenciamento ambiental e da construção de uma usina hidrelétrica sobre a economia como um todo	382
12. NECESSIDADE DE HIGIEDEZ E SEGURANÇA JURÍDICA DAS LICENÇAS AMBIENTAIS	385
12.1. Procedimentos básicos para o licenciamento.....	387
12.2. A publicidade do processo de licenciamento ambiental.....	399
12.3. O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário	404
13. POSSIBILIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA ATIVIDADES DENTRO DE RESERVA EXTRATIVISTA	407
13.1. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e as Reservas Extrativistas.....	407
13.2. Desafetação, alteração de limites ou recategorização de Unidades de Conservação	414
13.3. Competência para o licenciamento ambiental em RESEX	415
13.4. A autorização para o licenciamento ambiental pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.....	418

14. LICENCIAMENTO DE USINAS HIDRELÉTRICAS E O CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS PELO PODER JUDICIÁRIO.....	421
14.1. Introdução: O licenciamento ambiental de uma usina hidrelétrica.....	421
14.2. O estudo de impacto ambiental	427
14.3. Ações judiciais que podem afetar o empreendimento	431
15. COMPENSAÇÃO PELA SUPRESSÃO DE MATA ATLÂNTICA NO LICENCIAMENTO	435
16. LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO PARA EMPREENDIMENTOS ELÉTRICOS COM PEQUENO POTENCIAL DE IMPACTO	453
17. ALGUNS CASOS RECENTES ENVOLVENDO O LICENCIAMENTO AMBIENTAL	471
17.1. Iniciativa da União ou dos Estados para a criação das Comissões Tripartites de que trata o art. 4º da LC 140/11	471
17.2. Aplicabilidade da Lei 13.874, de 20 de setembro de 2019 (Lei da Liberdade Econômica), em matéria ambiental	472
17.3. Exigência de Avaliação Ambiental Estratégica – AAE nos procedimentos de licenciamento ambiental	476
17.4. Conteúdo mínimo dos estudos ambientais para o licenciamento ambiental.....	480
17.5. Atuação supletiva no licenciamento ambiental, nos termos previstos na Lei Complementar n. 140/11	484
17.6. Resoluções Conama n. 09/90 e 10/90. Caso de revogação diante da publicação da Lei n. 9.314/96?	488
17.7. Atuação dos órgãos intervenientes (ou interessados) no processo de licenciamento ambiental. A participação desses órgãos (FUNAI, FUNDAÇÃO PALMARES, Gestores de UCs etc.) é meramente opinativa, i.e., não vinculante, nos termos do art. 13, § 1º, da Lei Complementar n. 140/11?.....	492
CONCLUSÕES	495
BIBLIOGRAFIA	501